



CATÓLICA PORTO  
EDUCAÇÃO E PSICOLOGIA

*Atuação das forças policiais junto de crianças e jovens  
da Comunidade Cigana*

Dissertação apresentada à Universidade Católica Portuguesa para obtenção do  
grau de mestre em Psicologia

- Especialização em Psicologia da Justiça e Comportamento Desviante-

*Cátia Vanessa Novais Gonçalves*

Porto, Julho de 2015



CATÓLICA PORTO  
EDUCAÇÃO E PSICOLOGIA

*Atuação das forças policiais junto de crianças e jovens  
da Comunidade Cigana*

Dissertação apresentada à Universidade Católica Portuguesa para obtenção do  
grau de mestre em Psicologia

- Especialização em Psicologia da Justiça e Comportamento Desviante-

*Cátia Vanessa Novais Gonçalves*

Trabalho efetuado sob a orientação de

*Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Mariana Barbosa*

Porto, Julho de 2015

## **Agradecimentos**

Agradeço a todas as pessoas que me ajudaram e apoiaram nestes anos académicos, naqueles momentos mais críticos em que as pessoas estiveram presentes.

À minha supervisora, Dr<sup>a</sup> Mariana Barbosa, por toda a orientação e apoio que me deu neste momento.

À minha família, madrinha, tios, avós e primos por ouvir os meus desabafos e inseguranças que tive ao longo destes anos e por acreditarem em mim. Um especial obrigado à minha mãe por fazer o esforço que fez para que eu pudesse formar-me e por proporcionar-me momentos de boa disposição para recarregar energias. Por ser a pessoa mais próxima, padeceu com o meu mau humor quando as situações não corriam da melhor maneira.

Ao meu namorado pelos 6 anos de paciência que teve comigo, pelo facto de não poder estar sempre presente, pois tinha que estudar ou trabalhar para fazer. E, também, pela força e coragem que me forneceu nos momentos mais difíceis neste percurso.

Aos meus amigos que me acompanharam na Licenciatura e no Mestrado, por todos os momentos vividos e apoio ao longo destes anos, nomeadamente, Barbara, Carolina, Eva, Sara, Inês, Catarina e André, são pessoas que guardo com muito carinho.

Sem esquecer dos meus amigos fora da Universidade, um grande obrigado, por todos os momentos que me proporcionaram para desanuviar o stress académico e por ouvirem os meus desabafos, nos momentos em que os trabalhos não corriam bem, nomeadamente, Sandra, Simões, Sofia, Carlos, Catarina, Vera, João, Bruna e Andreia.

A todos vocês, um sincero e grande obrigado.

*Dedico a minha Dissertação ao meu tio Paulo, cujo corpo não está presente mas a força e coragem foi-me transmitida neste percurso.*

*Obrigada por tudo.*

# **ATUAÇÃO DAS FORÇAS POLÍCIAIS JUNTO DAS CRIANÇAS E JOVENS DA COMUNIDADE CIGANA**

## **Resumo**

A literatura aponta que a comunidade cigana está associada ao crime. No entanto, outros estudos científicos revelam alguma contrariedade, pois afirmam que esta associação não é linear (Santos, 2013).

Partindo do pressuposto que a comunidade cigana está relacionada com o crime, será pertinente abordar atuações policiais, nomeadamente, atuação preventiva e atuação criminal (Felizardo, 2012).

Com o intuito de compreender as atitudes e representações dos polícias face às crianças e jovens da comunidade cigana, de forma, a avaliar possíveis práticas legais discriminatórias na atuação policial junto desta população, foram realizadas 14 entrevistas a polícias da GNR da região do Norte do País, acedendo a uma abordagem qualitativa dos dados.

Os principais resultados sugerem que existe especificidades ao nível da atuação policial junto destas crianças. Verifica-se também, que o relacionamento dos polícias face às crianças de etnia cigana está comprometido devido às suas representações sociais.

Palavras Chaves: Crianças de etnia cigana; atuação policial; discriminação; representações sociais

# **ATUAÇÃO DAS FORÇAS POLÍCIAIS JUNTO DAS CRIANÇAS E JOVENS DA COMUNIDADE CIGANA**

## **Abstract**

The literature shows that the Roma community is associated with crime. However, other scientific studies reveal a setback because claim that this association is not linear (Santos, 2013).

Assuming that the Roma community is related to the crime, will address relevant police actions in particular preventive action and criminal action (Felizardo, 2012).

In order to understand the attitudes and representations of the police towards children and young people from the Roma community in order to evaluate possible legal discriminatory practices in the police action with this population, so the police conducted 14 interviews of the GNR of the North region the country by going to a qualitative approach.

The main results suggest that there is specific in terms of police action along these children. It is also verified that the relationship of the police face to Roma children is compromised due to their social representations.

**Key words:** Roma children; policing; discrimination; social representations

## Índice Geral

1. Enquadramento teórico .....	6
1.1 Introdução.....	6
1.2 Breve história da comunidade cigana.....	7
1.3 Representações sociais e discriminação face à etnia cigana.....	8
1.4 Atuação Policial.....	9
2. Estudo Empírico.....	11
2.1. Metodologia.....	11
2.1.1 Questões de investigação e objetivos específicos.....	11
2.1.2 Participantes.....	12
2.1.3 Instrumentos.....	12
2.1.4 Procedimentos.....	13
2.2 Apresentação e discussão de resultados .....	14
3. Considerações finais.....	20
4. Referências bibliográficas .....	22

### Anexos

Anexo A – Guião de entrevista

Anexo B – Sistema de codificação

Anexo C – Sistema de categorização

## **1. Enquadramento teórico**

### **1.1 Introdução**

Apesar de alguma literatura científica apontar uma associação entre a comunidade cigana e o crime alguns estudos revelam que não existe uma relação linear entre estes fenómenos, salientando que a verificação desta associação se deve a questões sociais e a conceções erradas por parte da população em geral (Santos, 2013).

No decorrer da revisão da literatura, dentro dos domínios da Criminologia, Psicologia e Sociologia, estudos comprovam que tanto as crianças e jovens de etnia cigana, como as crianças em geral estão associados a determinados delitos, nomeadamente, consumo e tráfico de drogas, violência racial, vandalismo, furtos e outros comportamentos mais ou menos violentos (Figueiredo, 2001 cit.in Santos, Gomes, Trincão, Almeida, Duarte, Fernando, et al., 2004).

No que concerne às crianças de etnia cigana, verifica-se que esta população é alvo de discriminação desde há muitos anos, estigmatizados de ladrões, desenvolvendo características negativas por parte da sociedade portuguesa (Fonseca, 1996, Benjamim,2004).

Para combater esta perseguição discriminatória por parte da sociedade face às crianças de etnia cigana, segundo o (Parliamentary Assembly, 2013) refere que a Assembleia da Comunidade para a Igualdade e Não Discriminação da população cigana, decidiu contribuir para a integração destas crianças em todos os serviços existentes na Europa, inclusive o acesso aos registos das certidões de nascimento.

Considerando que o objetivo principal do presente estudo é compreender a atuação das forças policiais junto de crianças e jovens de etnia cigana, importa perceber se existe diferenciação ou especificidades na atuação policial com esta população.

O estado da arte relativo a este tema revela-se pouco aprofundado no que respeita à atuação policial com crianças e jovens de etnia cigana. De acordo com algumas investigações, já é possível identificar algumas especificidades de atuação policial (Felizardo, 2012), no entanto, estas investigações não incidiram nas crianças e jovens de etnia cigana mas sim na população em geral. Deste modo, assume-se como pertinente explorar neste estudo as especificidades de atuação policial junto de crianças de etnia cigana.

## 1.2 Breve história da comunidade cigana

A população cigana é conhecida por ser uma população nómada, que conta, atualmente, com cerca de doze milhões e meio de indivíduos espalhados pelo mundo (Coutinho, 2002).

A cultura cigana possui valores básicos dentro da sua estrutura social e relações de parentesco, sendo que estes valores são essenciais para sustentar estas relações. Mendes (2000, sp) diz-nos que “*a pertença a um grupo parental é o fundamento de uma pessoa como membro de direito dentro da comunidade*”. Neste seguimento, há outras questões importantes relativamente à cultura cigana que permitem relações estáveis entre eles, o respeito para com os mais velhos, a importância da virgindade da mulher, e a importância da manutenção dos acordos entre a própria família de forma a estabelecer relações fortes. Porém, o género também estrutura as relações sociais, o homem cigano ajuda a família monetariamente, enquanto a mulher cigana restringe-se aos serviços domésticos e aos cuidados dos próprios filhos (Mendes, 2000).

De acordo com a informação da Estratégia Nacional para Integração das Comunidades Ciganas estima-se que o povo cigano está presente no nosso país há cerca de 500 anos, sendo proveniente do Nordeste da Índia (ENICC, 2013). A comunidade cigana, em meados do Século XVI instalou-se em Portugal, e em 1521 suscitou as primeiras queixas por parte da sociedade. Em 1526, D. João III, exigiu a expulsão da comunidade cigana do território Português, bem como a proibição da sua entrada no nosso País (Dias, Alves, Valente & Aires, 2006).

Passados quase quatro séculos, através da Constituição de 1822 e da Carta Constitucional de 1826, eliminaram-se oficialmente as diversas desigualdades em prol da raça, e reconheceram-se todos os cidadãos nascidos em Território Português, como cidadãos portugueses (Dias, Alves, Valente & Aires, 2006).

Nessa altura, o facto do território português ter aceite as diversas raças, não significou que a comunidade cigana tenha deixado de ser vigiada. Com a Portaria de 10 de abril de 1848, confirmada mais tarde pelo Regulamento da Guarda Nacional Republicana de 1920, os ciganos começaram a ser alvo de “*vigilância especial*” por parte das forças policiais que tinham ordens para executar “*uma «severa vigilância» sobre os ciganos em ordem à prevenção e repressão dos «seus frequentes atos de pilhagem»*” (Dias, Alves, Valente & Aires, 2006, p. 18).

Atualmente, os ciganos continuam a ser considerados uma minoria social perseguida e estigmatizada pela exclusão, intolerância, injustiças e preconceitos por parte da sociedade face à sua diferença cultural (Fonseca, 1996; Benjamim, 2004). Como iremos ver, essa perseguição alicerça-se em representações sociais construídas sobre a comunidade cigana (Benjamim, 2004).

### **1.3 Representações sociais e discriminação face à etnia cigana**

Segundo Dias, Alves, Valente e Aires (2006), para haver uma construção de etnia a população tem de viver a sua própria cultura, ou seja, tem de ter uma linguagem específica, religião e tradições que são transmitidas de geração em geração. Neste seguimento, podemos considerar que a comunidade cigana, afirma-se como uma etnia, pois o segredo é a consciência coletiva e a coesão de grupo (Dias, Alves, Valente & Aires, 2006). Posto isto, esta comunidade encobre todos os crimes devido à coesão de grupo e à sua cultura específica.

A construção de estereótipos e representações sociais face aos ciganos inicia-se quando há exclusão por parte da restante sociedade (Moscovici & Pérez, 1999 cit. in Carvalho, 2012).

As práticas anti-ciganas, obrigaram esta população a viverem em condições muito precárias, uma vez que esta comunidade só pode habitar nas periferias das cidades (Silva & Silva, 2002). Todavia, os ciganos nunca viveram em boas condições, uma vez que não tinham alternativa de viver em sociedade. Assim sendo, esta comunidade cigana adaptou-se à forma de vida da sociedade não cigana e por isso foi perdendo alguns traços culturais, tornando-se sedentária e sofrendo de uma descaracterização cultural (Teixeira, 2008).

A cultura dominante cria uma imagem sobre as comunidades ciganas despoletando comportamentos racistas e desprezo, potenciando um sentimento de insegurança e medo relativamente a esta população (Carvalho, et al., 2012).

Nesta lógica e segundo a Teoria da Identidade Social de Tajfel (1982), esta divisão que o mundo social promove no “nós” e “eles”, alimenta a crença que os “outros” são diferentes de nós. Essa crença denegrir a imagem que se tem do “outro”, discriminando os traços superficiais, nomeadamente, a cor da pele, a roupa, entre outros, na medida em que estes aspetos sejam compreendidos como essências profundas daquilo que os indivíduos são (Rothbart & Taylor, 1992).

#### **1.4 Atuação Policial**

Sendo o objetivo de estudo, perceber a atuação das forças policiais face às crianças e jovens de etnia cigana, seria relevante compreender de que forma as forças policiais previnem e atuam com esta etnia em situações de criminalidade e quais as problemáticas que estão associadas a esta etnia.

O policiamento é a base de atuação das forças policiais ao nível da segurança. Deste modo, é através dele que se garante toda a recolha de informação e, conseqüentemente, a segurança da respetiva zona. Esta atuação policial, é um fator crucial para o controlo da criminalidade existente, pois *“a existência das incivildades e desordens, são sinais de que o controlo social não funciona mais”* (Monjardet, 1996) e assim consegue-se impedir que estas situações aconteçam.

De acordo com Cusson *“é necessário que a delinquência num bairro não ultrapasse um certo limiar pois, de contrário, a desconfiança gerada minará o tecido social e criará condições ao desenvolvimento da própria criminalidade”* (Cusson, 2006 p. 188 cit. in Felizardo, 2012).

Para que este limiar não seja ultrapassado, segundo Alves (2011) existem dois tipos de policiamento, o preventivo e o repressivo. O primeiro, como o próprio nome indica, é uma abordagem ao cidadão com alguma proximidade, para resolver certos problemas emergentes no momento. Por outro lado, o segundo modelo, emerge relativamente ao combate contra a criminalidade violenta recorrendo ao uso da força policial.

De forma a prevenir o recurso abusivo ao policiamento repressivo da comunidade cigana, a European Commission against Racism and Intolerance (ECRI) recomendou às autoridades portuguesas que punissem todo o comportamento ofensivo por parte de outras Entidades das Forças da Ordem, inclusive, que encorajassem os indivíduos de etnia cigana a denunciar situações de discriminação e/ou atuação abusiva. Esta instituição em 2003, tomou conhecimento que houve queixas de comportamentos racistas, discriminatórios e violentos entre as Entidades das Forças da Ordem e os ciganos. A divulgação foi feita pela CICDR (Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial), mas os ciganos não apresentam queixa oficial porque considerarem ser raro haver punições para estas Entidades (ECRI, 2007).

Relativamente à prevenção verificam-se diversas ações de prevenção da criminalidade para alguns tipos de crime como, os furtos em estabelecimentos e em habitações, ou até os

furtos em terrenos agrícolas. Esta prevenção é feita no sentido de alertar a população de uma determinada faixa etária para os riscos de viverem sozinhos (Felizardo, 2012).

No seguimento da prevenção de crimes e atitudes que se verificam ser preocupantes, foram criados ao nível nacional programas especiais e específicos em determinadas zonas territoriais, com a finalidade de se organizar um combate contra a criminalidade. Deste modo, a prevenção constitui uma parte importante no trabalho da polícia como forma de garantir segurança aos cidadãos (Felizardo, 2012).

Existem três tipos de prevenção. A primeira, a prevenção criminal local, consiste na implementação de atividades organizadas para a população, para que sejam mudadas as práticas existentes nos bairros que fomentam o espírito antissocial e as práticas criminais. O segundo tipo de prevenção é a criminal situacional, serve para a reduzir todas as oportunidades de crime, através de ações que diminuam a possibilidade de obter lucro com o crime. E por último, os programas de ressocialização colocados em prática através de programas que possam impedir a reincidência na prática de crimes (Felizardo, 2012).

## **2. Estudo Empírico**

### **2.1. Metodologia**

#### **2.1.1 Questões de investigação e objetivos específicos**

No processo de construção do conhecimento científico importa ilustrar os procedimentos que orientaram a investigação numa determinada metodologia, de acordo com um conjunto de objetivos delineados pelo investigador (Almeida & Freire, 2007).

A definição inicial do objetivo de estudo constitui-se como uma fase crucial do processo de investigação, bem como a decisão metodológica, na medida, que esta decisão pode influenciar positiva ou negativamente, o resultado final desta investigação.

O objetivo principal deste estudo é analisar a atuação policial junto das crianças e jovens da comunidade cigana, procurando, especificamente: a) Compreender as atitudes e representações dos polícias face a crianças e jovens da comunidade cigana; b) Avaliar possíveis práticas legais discriminatórias na atuação policial com crianças e jovens da comunidade cigana; c) Gerar recomendações de boas práticas para a atuação policial com crianças e jovens da comunidade cigana. Procuramos, com este estudo, responder às seguintes questões de investigação: a) Quais são as atitudes e representações utilizadas pelos polícias face a comunidade cigana?; b) Quais serão as práticas legais discriminatórias dos polícias face à comunidade cigana?; c) Quais serão as boas práticas para a atuação policial face à comunidade cigana?

Neste seguimento, e em jeito de dar resposta aos objetivos e questões acima mencionados, escolheu-se uma metodologia de investigação de carácter indutivo, uma vez que partimos de uma análise exploratória a um conjunto parcial de dados, no sentido de conseguirmos elaborar uma teoria (Almeida & Freire, 2007). O foco principal deste estudo é compreender a atuação das forças policiais junto das crianças e jovens de etnia cigana, e é a partir da análise dos discursos por parte das forças policiais que vai ser possível aceder às crenças, representações e significados subjacentes à sua atuação com as crianças e jovens desta etnia. Neste sentido, a investigação qualitativa, enraizada *“na necessidade que o investigador tem a respeito do conhecimento de significado que os sujeitos dão aos seus atos, e sendo esse conhecimento profundo e complexo derivado pelos discursos enunciados pelos sujeitos ao longo da mesma”* (Aires, 2011, pp.29), pareceu-nos ser a mais adequada na

recolha de dados junto dos polícias, com o intuito de perceber esta realidade que se pretende estudar.

### **2.1.2 Participantes**

No presente estudo, os participantes foram selecionados através de um processo de amostragem intencional, visto que os sujeitos são escolhidos pelo investigador para esclarecer critérios específicos.

Com o interesse de compreender a atuação policial junto das crianças de etnia cigana, nomeadamente, se esta atuação é diferenciada e apresenta especificidades ao nível da atuação com crianças desta etnia, seria pertinente entrevistar polícias para perceber esta realidade.

A amostra deste estudo é constituída por catorze participantes da Guarda Nacional Republicana da Região Norte do País. Relativamente aos dados sócio demográficos dos participantes não será possível descrevê-los, de forma a não comprometer a questão do anonimato numa temática de elevada sensibilidade no seio das forças policiais.

### **2.1.3 Instrumentos**

O instrumento utilizado neste estudo foi a entrevista qualitativa com um guião semi-estruturado. Esta entrevista consiste num processo de construção de significados, baseado num encontro interpessoal, em que cada sujeito projeta a sua subjetividade e experiência pessoal (Granjeiro, 2008).

Foi construído um guião de entrevista, de maneira, a recolher informação significativa em função dos objetivos de investigação bem como, compreender as diversas representações dos entrevistados. Enalteceu-se a compreensão das diferentes visões em determinado contexto, sem que o objetivo principal fosse interpelado pela quantificação das visões dos participantes (Fraser & Gondim, 2004).

No decurso desta investigação, surgiu a necessidade de construir o instrumento de recolha de dados, nomeadamente, o guião de entrevista, satisfazendo um conjunto de parâmetros em relação à população e às dimensões que se pretende avaliar (Almeida & Freire, 2007). Este guião é definido por um conjunto de questões mais ou menos organizado, com a finalidade de avaliar o que é pretendido (Almeida & Freire, 2007).

Desta forma, para a compreensão da atuação policial e para perceber se havia diferenciação ou especificidades da atuação para com as crianças de etnia cigana, as

entrevistas forma semi-estruturadas, no sentido de conseguimos apurar novos aspetos ao longo da entrevista e de orientar de uma forma mais lógica o conteúdo dos fenómenos (Fraser & Gondim, 2004). De acordo com os mesmos autores, as entrevistas podem ser estruturadas, não estruturadas e semi-estruturadas, sendo a última a mais utilizada, pois facilita o reajustamento das perguntas fechadas e abertas para que o participante sinta-se à vontade de abordar o que quer que seja relativamente ao tema que lhe é proposto. Vazquez e Angulo (2003 cit. in Meirinhos & Osório, 2010) mencionam algumas vantagens relativamente aos guiões semi-estruturados, entre elas, o facto de serem mais flexíveis, não tendo uma ordem específica na realização das questões, e adaptando as respostas dadas pelos entrevistados.

O objetivo principal para a construção do guião da entrevista foi recolher o máximo de informação, sobre a atuação policial face a crianças de etnia cigana. O guião da entrevista construído está subdividido em quatro dimensões: contactos da polícia com crianças e jovens vítimas; contactos da polícia com situações de delinquência juvenil; contactos da polícia com imigrantes e por último, contactos da polícia com comunidades ciganas (adultos e crianças), (Anexo A).

#### **2.1.4 Procedimentos**

A recolha de dados foi realizada após a seleção da amostra e dos pedidos formais de autorização ao Posto da GNR através do consentimento informado.

Estas entrevistas foram aplicadas individualmente junto dos polícias no seu local de trabalho, e com o auxílio de um gravador, de forma, a não perdermos informação.

Antes de se iniciar as entrevistas, os participantes foram informados dos objetivos de estudo, dos procedimentos, da forma como vai ser divulgado os resultados e da possibilidade de desistirem a qualquer momento. Foi solicitada a autorização dos participantes para a gravação das entrevistas, garantindo a confidencialidade e o anonimato de toda a informação recolhida são só para o estudo.

Posteriormente, os áudios foram ouvidos, procedendo à transcrição das entrevistas em *Word*, de maneira a facilitar a análise de conteúdo. Após a transcrição das entrevistas, a informação recolhida necessita de ser organizada, codificada e categorizada de acordo com os objetivos do estudo (Duarte, 2002). Seguindo esta estrutura de metodologia qualitativa, as entrevistas realizadas aos polícias foram transcritas na totalidade, procedendo-se posteriormente à organização da informação por categorias com recurso ao dispositivo

informático Nvivo 10. Na análise dos dados recolhidos este *software* foi o mais indicado, no sentido de permitir a codificação da informação e criar as categorias que auxiliaram a organização da informação de um considerável número de dados para posteriormente dar resposta aos objetivos de estudo (Nerua, 2013).

No que concerne, à qualidade de pesquisa este *software* de apoio não aumenta nem diminui diretamente a qualidade dos dados (Lage, 2011). No entanto, neste constructo verifica-se através da congruência, clareza e comunicabilidade que advem das interpretações relativas à escolha e análise dos dados face à coerência dos objetivos propostos no estudo (Pinto; Freitas; Maisonnave, 2008 *cit in* Ollaik & Ziller, 2012).

A partir do guião de entrevista utilizado, foram criadas primeiramente três grandes categorias, atendendo aos objetivos de investigação. Posteriormente, criou-se um grupo de subcategorias através da análise do conteúdo das entrevistas e também uma árvore de categorias consensual dos dados, procedendo ao cruzamento de algumas categorias, de forma a dar resposta aos objetivos de investigação.

## **2.2 Apresentação e discussão de resultados**

Neste presente estudo, pretende-se analisar a atuação policial junto das crianças de etnia cigana e também verificar se existem ou não especificidades de atuação com esta população.

Nesta secção são apresentadas e descritas as categorias construídas indutivamente a partir da análise das entrevistas aos polícias sobre a sua atuação face às crianças de etnia cigana.

Foram criadas três categorias centrais, relacionadas com as nossas questões de investigação, de maneira, a reunir de forma congruente os conteúdos das entrevistas. As categorias foram criadas antecipadamente, no sentido, de serem organizadoras da análise e darem resposta às nossas questões de investigação.

Dentro destas categorias centrais foram criadas, a partir dos dados, subcategorias emergentes do discurso dos polícias. Contudo, será descrito as referências às narrativas dos entrevistados sempre que se justifique, as categorias resultantes da análise (Anexo C).

## 1. Atuação policial

### 1.1 Crianças de etnia cigana

Questionados sobre se a atuação policial com crianças de etnia cigana tinha ou não especificidades, seis dos participantes referiram que não existe diferenciação da atuação policial com esta população, e apenas quatro admitiram essas especificidades. Emergiram referências a especificidades da sua atuação com as crianças desta etnia, sendo que um dos participantes mencionou que adota uma ‘abordagem mais cautelosa’. Como referiu um dos participantes, *“A atuação perante eles tem de ser com mais cautela. Já não com uma atuação normal mas uma atuação mais cautelosa; E 8”*. Ainda nas palavras do mesmo participante, *“Teremos de levar mais força física, mais força presencial e aborda-los, não abordarmos como abordamos o outro cidadão, mas temos de aborda-los de outra forma para que eles percebam aquilo que nós pretendemos; E 8”*. Outros dois participantes também mencionaram a necessidade de maior uso da força, ilustrando da seguinte forma *“e temos de nos impor pelo número, pela força porque é complicado; E 7”*. Ainda o mesmo participante refere *“Uma ação policial se for planeada para uma “barraca”, num acampamento, nós não estamos a ver aquela barraca onde vamos, onde estão 4/5 pessoas, mas estamos a ver as dezenas que estão à volta daquela barraca. Se for para uma casa normal, numa residência, há perigos também a avaliar mas vamos, ou vai um agente policial para aquele perigo que está identificado; E 7”*.

Antigamente, a comunidade cigana era vista como quadrilhas que roubavam, que habitavam em acampamentos. Hoje em dia não são vistos de maneira diferente, e embora esta comunidade já esteja inserida em bairros sociais, ainda assim promovem alguns comportamentos desviantes, tornando estes bairros problemáticos (Santos, 2013). Devido aos seus processos identitários específicos, os agentes de autoridade têm dificuldades acrescidas em atuar nestes bairros problemáticos (Felizardo, 2012).

O facto de as Camaras Municipais darem a oportunidade aos cidadãos que viviam em barracas e situações similares para obterem melhores condições habitacionais não facilitou a atuação policial, pois agruparam diversas etnias e culturas no mesmo espaço e com isto criaram zonas de conflito em que as forças polícias e segurança se tornam difíceis (Felizardo, 2012).

De acordo com a generalidade dos participantes, a polícia depara-se com dificuldades específicas a lidar com esta população, relacionadas com diferenças culturais, nomeadamente,

características da comunidade (casamento jovem, crimes encobertos). Por exemplo, um participante refere que se trata “*um conjunto de pessoas que no fundo eles têm uma cultura à parte dentro da nossa; E 1*”. No entanto, um participante acrescenta, “*eu acho que os ciganos têm a sua forma, a própria Lei deles e fecham-se muito; E 6*”. Outra característica da comunidade cigana, é o casamento jovem, em que um dos participantes enfatiza “*ela acha-se velha aos 22 anos, porque os casamentos delas são muito cedo, uma prima dela com 14 anos já vive maritalmente; E 3*”. Outro participante refere “*A cultura por si só é completamente diferente... os jovens casam em qualquer idade e a lei portuguesa não permite isso; E 10*”, o mesmo participante refere “*há mais o casamento é uma lei pela lei cigana... o certo é que eles casam nos termos da lei cigana e fazem uma vida de conjugal normal. Em Portugal os atos sexuais com menores ou entre menores são proibidos, são crime constituem um crime; E 10*”. Quanto aos crimes encobertos, um dos participantes apresenta o seguinte, “*dificuldade em atuar com a etnia cigana, porque esta etnia encobre todos os crimes; E 2*” acrescenta ainda, “*E depois em termos de etnia cigana toda a gente encobre se aquela criança é maltratada, porque ninguém confirma estes maus tratos; E 2*”

Segundo os autores Dias, Alves, Valente e Aires, (2006), para haver uma construção de etnia a população tem de viver a sua própria cultura, ou seja, tem de ter uma linguagem específica, religião e tradições que são transmitidas de geração em geração. Neste seguimento, podemos considerar que a comunidade cigana, afirma-se como uma etnia, pois o segredo é a consciência coletiva e a coesão de grupo (Dias, Alves, Valente & Aires, 2006). Assim, a tendência desta comunidade para encobrir os crimes e resolver as situações internamente, descrita pelos participantes como um entrave à atuação policial, poderá estar relacionada com estas dimensões culturais, em particular com a consciência coletiva e a coesão de grupo.

No decurso da análise, questionados sobre o relacionamento dos agentes de autoridade para com a comunidade cigana, nove participantes referem ter um bom relacionamento com esta etnia, três participantes revelam que não têm um bom relacionamento com a mesma e os outros dois participantes mencionam que existem dois estilos de relacionamento (o lícito e o ilícito). Relativamente aos agentes que não têm um bom relacionamento com a etnia (n=3), um dos participantes afirma, “*Não. Não têm. Nem com a polícia nem com um cidadão comum; E 11*”. Quanto aos dois estilos de relacionamento, um dos participantes divulga o seguinte, “*Eles têm dois tipos de relações que é, se é para tratar situações que não impliquem detenções ou identificações por práticas criminais, sem stress... Já se houver detenções envolvidas e por ai fora, é mais complicado; E 10.*”. Acresce ainda, outra visão de um dos

participantes, *“Tem duas vertentes, porque é assim, quando nós vamos conversar com eles e não existir nada ilícito a relação deles até se torna uma relação afável, agora, quando há ilícitos é muito complicado... pois as nossas regras e intervenções para eles, já não valem porque eles são todos inocentes; E 3”*. Comparativamente, e em jeito de abordar a relação positiva dos agentes de autoridade para com a comunidade cigana, um dos participantes revela *“os ciganos, têm... Tanto os respeitamos a eles como somos respeitados por eles. Isso, vamos lá a qualquer hora e assim, estamos à vontade com eles; E 4”*. Por outro lado, um dos participantes refere *“eu mantive uma relação de amizade com o chefe daquela comunidade cigana e quando eu chegava a beira dele e dizia preciso de falar com o fulano X e ele, espera aqui um bocadinho, chamava o sujeito e eu falava com ele. E nunca tive problemas com eles; E 2”*. Contudo, este relacionamento positivo está comprometido com o ‘pensamento perfeito’ que a sociedade tem com esta população, em que um dos participantes, quando questionado sobre o relacionamento com a etnia cigana, o agente de autoridade mencionou da seguinte forma *“Sim, sim. Eu acho que relativamente aos ciganos nós temos um pensamento perfeito já. Já está formatado por um conjunto de pessoas, E 1”*. De acordo com a análise dos dados, verifica-se que os agentes de autoridade embora afirmem que têm um bom relacionamento com a comunidade cigana, revelam discursos que contrariam dessa mesma informação.

A construção de estereótipos e representações sociais face aos ciganos inicia-se quando há exclusão por parte da restante sociedade (Moscovici & Pérez, 1999 cit. in Carvalho, 2012). Em suma, os agentes de autoridade afirmam que mantêm um relacionamento positivo com esta comunidade mas no decorrer do seu discurso, verificamos o preconceito e discriminação existente face a esta etnia.

## **2. A atuação policial junto de crianças e jovens**

Questionados sobre as especificidades da atuação policial junto de crianças e jovens, os participantes apontam as problemáticas que estão implícitas nestas situações. No que concerne às crianças e jovens delinquentes, em que a maior parte da amostra n=8 menciona que as problemáticas que estão interligadas às crianças em geral são absentismo escolar, em que um dos participantes refere *“São reprovações nas aulas – E 9”*; agressões a terceiros, em que dois participantes mencionam *“vão ao encontro dos colegas mais fracos e depois cria-se ali alguns conflitos – E 13”*; *Bullying*, em que um dos participantes afirma *“Já para não falar do bullying – E 14”*; consumos de álcool e drogas *“eles começam a consumir álcool, começam a consumir as drogas – E 2”*; falta de regras *“é falta de educação, é não respeitar*

*as regras – E 12*”; ausência de supervisão “*os jovens com 12 anos estarem na rua sem nenhuma supervisão de um agregado familiar – E 2*”; furtos “*Estamos a falar do furto – E 7*”; maus tratos “*situações de violência doméstica ou maus-tratos – E 8*”; ofensas à integridade física, “*várias situações de ofensas integridade física – E 1*”; Tabaco, “*Tabaco e tal – E 11*”; violência “*violência – E 1*”; violência doméstica “*situações são violência doméstica – E 8*”; violência psicológica “*São várias as situações de violência psicológica – E 1*”.

Relativamente à atuação policial com crianças e jovens vítimas, os participantes referem que contém especificidades. Por exemplo, um dos participantes afirma que “*Temos de ser mais sensíveis. Voz mais baixa – E 11*”.

Posteriormente, verifica-se que algumas destas problemáticas que estão presentes nesta população são diferentes das crianças de etnia cigana,

Relativamente às problemáticas existentes nas crianças de etnia cigana, no decurso da análise dos dados, os participantes (n=11) identificaram as seguintes problemáticas; agressões a professores “*por vezes agressões a professores – E 12*”; casamento jovem “*Eles casam-se extremamente cedo – E 6*”; condução ilegal “*andavam numa Toyota e sabem quem conduzia? O de 8 anos – E 9*”; ausência de competências parentais “*não têm nenhuma educação, nada – E 8*”; ausência de hábitos de higiene “*De facto os miúdos em questões de higiene não têm nenhuma – E 8*”; furtos “*andaram aí a gamar nas feiras e junto às estações de comboio – E 5*”; peditórios “*Lá pedem a sua moeda – E 4*”; tráfico “*a partir dos 15 anos e 16 anos são atores do tráfico, seja na venda direta, seja a camuflar, a dissimular, a fugir com ele – E 7*”.

Por outro lado, emergiu dos dados a ideia de que as crianças ciganas são vítimas da cultura e ‘leis’ da comunidade cigana. Como referiu um dos participantes, “*As crianças ciganas são, no nosso entender, são vítimas. Na deles, nas leis como eles dizem, nas leis deles, a vivência deles, eles não são vítimas. No entanto no nosso ponto de vista, pelo aquilo que vemos, eles são vítimas. De facto os miúdos em questões de higiene não têm nenhuma, em educação nada. Eles são vítimas mas é da lei deles, como eles dizem é a nossa lei e a nossa lei é assim. É assim que eles são educados, é assim que eles crescem – E 8*”.

No decorrer da revisão da literatura, dentro dos domínios da Criminologia, Psicologia e Sociologia, estudos comprovam que tanto as crianças e jovens de etnia cigana, como as crianças em geral estão associados a determinados delitos, nomeadamente, consumo e tráfico de drogas, violência racial, vandalismo, furtos e outros comportamentos mais ou menos

violentos (Figueiredo, 2001 cit.in Santos, Gomes, Trincão, Almeida, Duarte, Fernando, et al., 2004).

Relativamente às crianças e jovens em geral, estudos defendem que o facto de haver progenitores com mais recursos económicos e por serem reconhecidos pela sociedade, há menos probabilidade de estas crianças e jovens serem punidos (Santos, et al., 2004).

Por outro lado, todos os jovens de classes sociais precárias, não possuem das mesmas regalias, uma vez que, a sociedade portuguesa denegrir a imagem desta população, discriminando os traços superficiais, nomeadamente, a zona onde vivem, a roupa que usam, entre outros, na medida, em que estes aspetos são compreendidos como essências profundas daquilo que os indivíduos são (Rothbart & Taylor, 1992).

No que concerne às crianças de etnia cigana, verifica-se que esta população é alvo de discriminação desde há muitos anos, estigmatizados de ladrões, desenvolvendo características negativas por parte da sociedade portuguesa (Fonseca, 1996, Benjamim, 2004).

Para combater esta perseguição discriminatória por parte da sociedade face às crianças de etnia cigana, segundo o (Parliamentary Assembly, 2013) refere que Assembleia da Comunidade para a Igualdade e Não Discriminação da população cigana, decidiu contribuir para a integração destas crianças em todos os serviços existentes na Europa, inclusive o acesso aos registos das certidões de nascimento.

Contudo, surge uma limitação nesta inclusão social para com as crianças de etnia cigana, devido aos processos identitários vinculados por parte de toda a comunidade cigana, pois esta população tem uma cultura muito específica (Dias, Alves, Valente & Aires, 2006). Por outro lado, existem famílias ciganas que dão oportunidades aos seus menores de integrarem-se no meio escolar, de maneira, a conseguirem a sua inclusão na sociedade portuguesa tanto na sua juventude como na sua fase adulta (Parliamentary Assembly, 2013).

### 3. Considerações finais

Perante um processo de globalização é necessário atender às necessidades e direitos da comunidade cigana para que a sua inclusão social seja possível de uma forma equitativa e respeitosa. As investigações realizadas no âmbito da atuação policial revelaram alguma discriminação perante esta população, no sentido, de haver estereótipos para com a etnia cigana.

A literatura aponta especificidades de atuação policial para com crianças de comunidade cigana diferenciando as atuações das forças policiais para com as crianças em geral. Daí o interesse e pertinência do tema na realização deste estudo.

As principais conclusões sugerem que atuação policial face às crianças e jovens de etnia cigana é diferenciada relativamente às restantes crianças e jovens em geral, pois exige algumas especificidades. O discurso dos participantes revela que atuação policial com esta população tem ser mais cautelosa, na medida, em que esta população atua em grupo. Acresce ainda, a diferença de atuação policial num acampamento cigano ou num bairro social, pois os agentes têm de avaliar o grau de perigosidade e também adotar uma atuação com força física e pelo número de agentes.

No que concerne às diferenças culturais, estão presentes no estudo as dificuldades de atuação policial, sendo que esta população tem características enraizadas e que vão contra aos princípios da nossa legislação, nomeadamente, o casamento jovem.

As crianças de etnia cigana ficam comprometidas aos 12 anos e casam-se aos 14 anos, e a lei portuguesa não permite estes casamentos, são constituídos crimes. No entanto, a lei portuguesa não toma medidas de atuação policial com as comunidades ciganas, uma vez que esta etnia “usufrui da sua própria lei”.

Na compreensão do relacionamento entre os agentes da autoridade e a comunidade cigana é possível concluir que os participantes afirmam ter um relacionamento positivo com a população alvo. Porém, ao longo do discurso, constatou-se que o relacionamento envolve duas vertentes, o lícito e o ilícito. Se as forças policiais abordarem a comunidade cigana sem haver situações de ilícito, verifica-se a possibilidade de manterem uma relação afável. Porém, se houver envolvimento da comunidade cigana num ato ilícito, surgem limitações neste relacionamento, na medida em que esta comunidade encobre todos os crimes, despoletando

dificuldades na atuação policial, no sentido de não conseguirem identificar os sujeitos envolvidos nestas situações, devido à maioria da população não ter identificação pessoal.

Verificou-se nos discursos dos participantes que a ideia de que crianças e jovens de etnia cigana são vítimas da sua própria cultura, no sentido, de casarem muito jovens, da precariedade ao nível das condições habitacionais e de higiene e do facto de vivenciarem os furtos e o tráfico perpetrados pelos progenitores fazendo com que estas crianças entrem no mundo do crime.

Apesar de este estudo responder aos objetivos propostos no início da investigação surgiram algumas limitações, que podem ser apontadas como dificuldades ao longo de todo este processo.

Tratando-se de uma investigação, num posto de GNR, houve a necessidade de realizar uma solicitação da entrada do gravador para a realização das entrevistas. Desta forma, algumas entrevistas foram gravadas e outras não, pois os participantes recusaram-se. Assim sendo, a investigadora foi transcrevendo as entrevistas, mas é inevitável a perda de informação e aspetos relevantes do tom de voz e silêncios dos entrevistados ao longo da entrevista que devem ser igualmente interpretados no discurso do participante.

Outra limitação, prendeu-se com a reduzida bibliografia disponível sobre o tema da atuação das forças policiais junto de crianças de etnia cigana.

Perante os resultados obtidos nesta investigação, surgem algumas questões que podem ser explorados em estudos futuros, nomeadamente, perceber quais os procedimentos policiais específicos face às crianças de etnia cigana vítimas/delinquentes, diferenciando os casos de promoção e proteção dos que se enquadram na lei tutelar educativa.

#### 4. Referências bibliográficas

- Almeida, L.S. & Freire, T. (2007). *Metodologia de Investigação em Psicologia e Educação* (4<sup>a</sup>. Edição). Braga: Psiquilíbrios.
- Alves, C. (2011). *Contributos para uma sociologia da Polícia*. Lisboa: Guarda Nacional Republicana.
- Benjamim, C. (2004). Ministério Público e Discriminação Étnica: O caso dos ciganos. In Mota, A. (Eds.), *Antologia de ensaios* (pp. 305-315). Brasília: Thesaurus.
- Carvalho, N., Lima, M., Faro, A. & Silva, C. (2012). Representações sociais dos ciganos em Sergipe: Contato e estereótipos. *Psicologia e saber social*, 1(2), 232-244.
- Coutinho, E. (2002). Ciganos: as vítimas esquecidas do holocausto. *Amnistia informação internacional*, 4-5.
- Dias, E., Alves, I., Valente, N. & Aires, S. (2006). *Comunidades ciganas: representações e dinâmicas de exclusão – integração*. (1<sup>a</sup> ed.). Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.
- Duarte, R. (2002). Pesquisa Qualitativa: Reflexões Sobre o Trabalho de Campo. *Cadernos de Pesquisa*, 115, 139-154.
- ECRI. (2007). Terceiro relatório sobre Portugal. *Comissão Europeia Contra o racismo e intolerância*, 5-49. Obtido de: [http://acidi.gov.pt.s3.amazonaws.com/docs/CICDR/Portugal\\_third\\_report.pdf](http://acidi.gov.pt.s3.amazonaws.com/docs/CICDR/Portugal_third_report.pdf)
- Estratégia Nacional para Integração das Comunidades Ciganas (2013 - 2020). Disponível em: <http://www.oi.acidi.gov.pt/modules.php?name=Search>
- Felizardo, T. (2012). *Policiamento e prevenção da criminalidade em bairros problemáticos*. Relatório científico final do trabalho de investigação aplicada de Mestrado. Academia Militar, Lisboa.
- Fonseca, I. (1996). *Enterrem-me em pé: a longa viagem dos ciganos*. São Paulo: Companhia das letras.
- Fraser, M.T.D. & Gondim, S.M.G. (2004). Da Fala do Outro ao texto negociado: Discussões sobre a Entrevista na Pesquisa Qualitativa. *Padéia*, 14 (28), 139-152.
- Giornale la Repubblica. Fiamme nel campo rom raid nelle barache disabitate. Obtido de: <http://www.repubblica.it>

- Granjeiro, I. (2008). O estudo psicossocial forense como subsidio para a decisão judicial na situação de abuso sexual. *Psicologia, teoria e pesquisa*, 24(2), 161-169.
- la découverte.
- Lage, M.C. (2011). Utilização do Software Nvivo na Pesquisa Qualitativa: Uma Experiência em EaD. *Educação Temática Digital*, 12, 198-241.
- Meirinhos, M. & Osório, A. (2010). O estudo de caso como estratégia de investigação em educação. *EDUSER: Revista de Educação, Inovação, Investigação em Educação*, 2 (2), 49-65.
- Melo, E. (2008). *Sou cigano sim! Identidade e representação: uma etnografia sobre os ciganos na região metropolitana no Recife*. Tese de Mestrado, Universidade Federal de Pernambuco.
- Mendes, M. (2000). Um olhar sobre a identidade e a alteridade: nós os ciganos e os outros, os não ciganos. IV Congresso Português de Sociologia. *Associação Portuguesa de Sociologia*. Coimbra, Portugal.
- Monjardet, D. (1996). *Ce que fait la Police: sociologie de la force publique*. Paris: éditions
- Nerua, L. (2013). *Género e educação escolar: análise das representações dos papeis de género nos livros didáticos do ensino primário em moçambique*. Monografia, Universidade Eduardo Mondlane.
- Ollaik, L.G. & Ziller, H.M. (2012). Concepções de Validade em Pesquisas Qualitativas. *Educação e Pesquisa*, 38 (1), 229-241.
- Parliamentary Assembly (2013, Abril, 4). Disponível em: <http://assembly.coe.int>
- Rothbart, M. & Taylor, M. (1992). Category labels and social reality: Do we view social categories as natural kinds?. In G. R. Semin & K. Fiedler (Eds.). *Language, interaction and social cognition*, pp. 11-36. London: Sage.
- Santos, B., Gomes, C., Trincão, C., Almeida, J., Duarte, M., Fernando, P., Sousa, F., Silva, M., Batista, S. & Lopes, T. (2004). Os caminhos difíceis da “Nova” Justiça Tutelar Educativa: Uma avaliação de dois anos de aplicação da Lei Tutelar Educativa. *Observatório permanente da Justiça Portuguesa*, Universidade de economia:Coimbra.
- Santos, T. (2013). *A favor da inclusão da comunidade cigana. Uma experiência de implementação das TIC no Ensino básico*. Relatório de Estágio de Mestrado, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Portugal.
- Silva M. & Silva, S. (2002). Práticas e representações sociais face aos ciganos. O caso de Oleiros, Vila Verde. *Antropológicas*, 6, 57-86.
- Tajfel, H. (1982). *Grupos humanos e categorias sociais*. Lisboa: Livros Horizonte.

Teixeira, R. (2008). A história dos ciganos no Brasil. Disponível em :  
[http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pacto\\_nacional\\_em/historia\\_ciganos\\_brasil2008.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pacto_nacional_em/historia_ciganos_brasil2008.pdf)

# **Anexos**

## Anexo A- Guião de entrevista

**Gostaria de lhe colocar algumas questões sobre o trabalho da polícia com crianças e jovens:**

**a) Relativamente aos contactos da polícia com crianças e jovens vítimas:**

- Principais situações / problemáticas com que costumam lidar
- Perfil das vítimas (quem são estas crianças / jovens? Existe um ‘perfil típico’ ou ‘perfis típicos’?)
- Como é que estas situações são sinalizadas (quem faz a denúncia)?
- Quais os procedimentos da polícia nestes casos (especificar também com que entidades articula e como avalia esta articulação)?
- Existem especificidades na atuação policial face a crianças e jovens vítimas? (quais são; principais dificuldades; estratégias para contornar essas dificuldades; recomendações ao nível de mudanças legislativas; recomendações ao nível de necessidades de formação)
- Existem especificidades na atuação policial face a crianças e jovens vítimas da comunidade cigana? (quais são; principais dificuldades; estratégias para contornar essas dificuldades)
- Existem especificidades na atuação policial face a crianças e jovens vítimas imigrantes / estrangeiras (quais são; principais dificuldades; estratégias para contornar essas dificuldades)
  
- **Relativamente aos contactos da polícia com situações de Delinquência Juvenil:**
- Principais situações / problemáticas com que costumam lidar
- Perfil das vítimas (quem são estas crianças / jovens? Existe um ‘perfil típico’ ou ‘perfis típicos’?)
- Como é que estas situações são sinalizadas (quem faz a denúncia)?
- Quais os procedimentos da polícia nestes casos (especificar também com que entidades articula e como avalia esta articulação)?

- Existem especificidades na atuação policial em situações de delinquência juvenil? (quais são; principais dificuldades; estratégias para contornar essas dificuldades)
- Concorda com as políticas de atuação (da justiça em geral; da polícia) nas situações de delinquência juvenil? (O que é que acha que funciona bem e se deve manter? O que é que acha que deveria ser alterado e porquê?)
- Existem especificidades na atuação policial face à delinquência juvenil na comunidade cigana? (quais são; principais dificuldades; estratégias para contornar essas dificuldades)
- Existem especificidades na atuação policial face à delinquência juvenil de imigrantes / estrangeiros (quais são; principais dificuldades; estratégias para contornar essas dificuldades)

**Gostaria de lhe colocar algumas questões sobre o trabalho da polícia com imigrantes e estrangeiro:**

- **Considera que os imigrantes / estrangeiros estão bem integrados na sociedade portuguesa?** (Explorar diferentes grupos: africanos; brasileiros; leste; asiáticos)
- **Relativamente a cada um destes grupos indicados acima:**
  - Têm uma boa relação com a polícia? (Pedir para justificar a opinião; uma vez mais, explorar ambos os lados – aspetos da polícia / aspetos da comunidade cigana).
  - Como avalia a atitude deles face à autoridade? (Respeito; obediência, etc.
  - Existem especificidades na atuação policial face a cada um destes grupos? (estes grupos associam-se a problemáticas específicas – tipos de crimes; tipos de vitimação; principais dificuldades; estratégias para contornar essas dificuldades)
  - Existem directrizes específicas – formais e/ou informais – para o contacto com esta população, atendendo às suas especificidades culturais, etc? (Caso não existam essas directrizes, acha que deviam existir?)
  - Costuma ter, na sua prática profissional, contacto com imigrantes / estrangeiros? (exemplos)

**Gostaria de lhe colocar algumas questões sobre o trabalho da polícia com a comunidade cigana. (Nota: em todas as questões abaixo, explorar a) adultos e b) crianças)**

- **Considera que a comunidade cigana está bem integrados na sociedade portuguesa?**
- **Relativamente à comunidade cigana:**
  - Têm uma boa relação com a polícia? (Pedir para justificar a opinião; uma vez mais, explorar ambos os lados – aspetos da polícia / aspetos da comunidade cigana).
  - Como avalia a atitude deles face à autoridade? (Respeito; obediência, etc.
  - Existem especificidades na atuação policial face a cada um destes grupos? (estes grupos associam-se a problemáticas específicas – tipos de crimes; tipos de vitimação; principais dificuldades; estratégias para contornar essas dificuldades)
  - Existem diretrizes específicas / formação específica para o contacto com cada um destes grupos (caso não existam, acha que deveriam existir?)
  - Existem directrizes específicas – formais e/ou informais – para o contacto com esta população, atendendo às suas especificidades culturais, etc? (Caso não existam essas directrizes, acha que deviam existir?)
  - Costuma ter, na sua prática profissional, contacto com a população cigana?
  - Dê-me exemplos da sua atuação policial com esta população.

## **Anexo B – Sistema de codificação**

### 1. Atuação policial

#### 1.1. Crianças de etnia cigana

##### 1.1.1. Diferenciada

##### 1.1.2. Não diferenciada

##### 1.1.3. Especificidades

###### 1.1.3.1. Cautelosa

###### 1.1.3.2. Uso da força

##### 1.1.4. Dificuldades de atuação policial

###### 1.1.4.1. Crime encoberto

###### 1.1.4.2. Cultura específica

#### 1.2. Crianças em geral

##### 1.2.1. Delinquentes

###### 1.2.1.1. Diferenciada

###### 1.2.1.2. Não diferenciada

###### 1.2.1.3. Especificidades

###### 1.2.1.3.1. Firmeza na atuação policial

##### 1.2.2. Vítimas

###### 1.2.2.1. Diferenciada

###### 1.2.2.2. Não diferenciada

###### 1.2.2.3. Especificidades

###### 1.2.2.3.1. Atuar com sensibilidade

### 2. Perspetivas

#### 2.1. Ciganos adultos

##### 2.1.1. Características

##### 2.1.2. Relação

###### 2.1.2.1. Positiva

###### 2.1.2.2. Negativa

###### 2.1.2.3. Dois tipos de relação

#### 2.2. Crianças ciganas

##### 2.2.1. Características

## 2.2.2. Relação

### 2.2.2.1. Positiva

### 2.2.2.2. Negativa

## 2.3. Crianças ciganas delinquentes

### 2.3.1. Características

## 2.4. Crianças ciganas vítimas

### 2.4.1. Características

## 2.5. Crianças em geral delinquentes

### 2.5.1. Características

### 2.5.2. Relação

#### 2.5.2.1. Positiva

## 2.6. Crianças em geral vítimas

### 2.6.1. Características

## 3. Problemáticas

### 3.1. Crianças em geral

#### 3.1.1. Absentismo escolar

#### 3.1.2. Agressões a terceiros

#### 3.1.3. Bullying

#### 3.1.4. Consumos de álcool

#### 3.1.5. Consumos de droga

#### 3.1.6. Falta de regras

#### 3.1.7. Faltas de supervisão

#### 3.1.8. Furtos

#### 3.1.9. Maus tratos

#### 3.1.10. Ofensas à integridade física

#### 3.1.11. Tabaco

#### 3.1.12. Violência doméstica

#### 3.1.13. Violência psicológica

### 3.2. Crianças de etnia cigana

- 3.2.1. Agressões a professores
- 3.2.2. Casamento jovem
- 3.2.3. Condução ilegal
- 3.2.4. Ausência de competências parentais
- 3.2.5. Ausência de hábitos de higiene
- 3.2.6. Furtos
- 3.2.7. Peditórios
- 3.2.8. Tráfico de drogas e armas

## Anexo C – Grelha Integral do Sistema de Categorias

### 1. Categoria: Atuação Policial

<b>1.1. Subcategoria: Crianças de etnia cigana</b>				
Código	Designação	Definição	Exemlos Dados	Nº Sources / Nº Referências
1.1.1	Diferenciada	Cotam-se todas as unidades de registo que abordam todas as especificidades diferenciadas de atuação policial com crianças de etnia cigana.	<i>“Uma ação policial se for planeada para uma “barraca”, num acampamento, nos não estamos a ver aquela barraca onde vamos, onde estão 4/5 pessoas, mas estamos a ver as dezenas que estão à volta daquela barraca – E 7”.</i>	4/8
1.1.2	Não diferenciada	Cotam-se todas as unidades de registo que abordam todas as especificidades não diferenciadas de atuação policial com crianças de etnia cigana.	<i>“Não são iguais... Têm que ser integrados e tratados da mesma forma que tratamos os outros.- E 1”.</i>	6/10
<b>1.1.3. Subcategoria: Especificidades</b>				
Código	Designação	Definição	Exemlos Dados	Nº Sources / Nº Referências
1.1.3.1	Cautelosa	Cotam-se todas as unidades de registo que abordam algumas especificidades de atuação policial com crianças de etnia cigana.	<i>“A atuação perante eles tem de ser com mais cautela. Já não com uma atuação normal mas uma atuação mais cautelosa – E 8”</i>	1/1

1.1.3.2	Uso da força	Cotam-se todas as unidades de registo que abordam algumas especificidades de atuação policial com crianças de etnia cigana.	<i>“Teremos de levar mais força física, mais força presencial e aborda-los, não abordarmos como abordamos o outro cidadão, mas temos de aborda-los de outra forma para que eles percebam aquilo que nós pretendemos – E 8”.</i>	2/2
<b>1.1.4. Subcategoria: Dificuldades de atuação policial</b>				
Código	Designação	Definição	Exemlos Dados	Nº Sources / Nº Referências
1.1.4.1	Crime encoberto	Cotam-se todas as unidades de registo que abordam algumas dificuldades da atuação policial com crianças de etnia cigana.	<i>“E depois em termos de etnia cigana toda a gente encobre se aquela criança é maltratada – E 2”.</i>	1/3
1.1.4.2	Cultura especifica	Cotam-se todas as unidades de registo que abordam algumas dificuldades da atuação policial com crianças de etnia cigana.	<i>“um conjunto de pessoas que no fundo eles têm um acultura à parte dentro da nossa. Nós é que não estamos habituados à cultura deles por assim dizer – E 1”.</i>	12/45
<b>1.2. Subcategoria: Crianças em geral</b>				
<b>1.2.1. Subcategoria: Delinquentes</b>				
Código	Designação	Definição	Exemlos Dados	Nº Sources / Nº Referências

1.2.1.2	Diferenciada	Cotam-se todas as unidades de registo que abordam todas as especificidades diferenciadas de atuação policial com crianças em geral delinquentes.	<i>“Indivíduos com 17/18 anos já com mentalidade de 20 e poucos anos, já têm aquela escola toda. Aí nós já somos firmes – E 11”</i>	1/1
1.2.1.2	Não diferenciada	Cotam-se todas as unidades de registo que abordam todas as especificidades não diferenciadas de atuação policial com crianças em geral delinquentes.	<i>“Não, pelo menos até ter 18 anos – E 14”</i>	4/6
<b>1.2.1.3. Subcategoria: Especificidades</b>				
Código	Designação	Definição	Exemlos Dados	Nº Sources / Nº Referências
1.2.1.3.1	Firmeza na atuação policial	Cotam-se todas as unidades de registo que abordam todas as especificidades de atuação policial com crianças em geral delinquentes.	<i>“Um bocadinho mais firmes com eles se não eles começam a se esticar – E 11”</i>	1/1
<b>1.2.2. Subcategoria: Vítimas</b>				
Código	Designação	Definição	Exemlos Dados	Nº Sources / Nº Referências
1.2.2.1	Diferenciada	Cotam-se todas as unidades de registo sobre as especificidades diferenciadas de atuação policial face às crianças vítimas em geral .	<i>“Quando são assim esses indivíduos que realmente estão naquela classe social muito baixa – E 11”</i>	2/2
1.2.2.2	Não diferenciada	Cotam-se todas as unidades de registo sobre as especificidades não diferenciadas de atuação policial face às crianças vítimas em	<i>“Todas estas coisas têm de ser trabalhadas com cuidado, explicar aos progenitores, quais são as consequências que podem ter</i>	3/4

		geral.	<i>se os filhos não forem bem cuidados, bem tratados – E 2”.</i>	
<b>1.2.2.3. Subcategoria: Especificidades</b>				
Código	Designação	Definição	Exemlos Dados	Nº Sources / Nº Referências
1.2.2.3.1	Atuar com sensibilidade	Cotam-se todas as unidades de registo sobre as especificidades diferenciadas de atuação policial face às crianças vítimas em geral.	<i>“Temos de ser mais sensíveis. Voz mais baixa – E 11”.</i>	2/2

## 2. Categoria: Perspetivas

<b>2.1. Subcategoria: Ciganos adultos</b>				
Código	Designação	Definição	Exemlos Dados	Nº Sources / Nº Referências
2.1.1	Características	Cotam-se todas as unidades de registo sobre as características de Etnia Cigana.	<i>“esta etnia encobre todos os crimes que são feitos. 1º Encobre na identidade que é o mais importante saber quem é aquela pessoa e é muito difícil saber quem é – E 2”.</i>	12/45
<b>2.1.2. Subcategoria: Relação</b>				
Código	Designação	Definição	Exemlos Dados	Nº Sources / Nº Referências

2.1.2.1	Positiva	Cotam-se todas as unidades de registo sobre a relação existente entre os agentes de autoridade para com a comunidade cigana	<i>“ até têm uma boa relação – E 12 ”</i>	9/24
2.1.2.2	Negativa	Cotam-se todas as unidades de registo sobre a relação existente entre os agentes de autoridade para com a comunidade cigana	<i>“Mas se me perguntar diretamente " é racista?"... Sou... Em relação a eles sou – E 13 ”</i>	3/12
2.1.2.3	Dois tipos de relação	Cotam-se todas as unidades de registo sobre a relação existente entre os agentes de autoridade para com a comunidade cigana	<i>“tem duas vertentes, porque é assim, quando nós vamos conversar com eles e não existir nada ilícito a relação deles até se torna uma relação afável, agora, quando há ilícitos é muito complicado – E 3 ”.</i>	2/12
<b>2.2. Subcategoria: Crianças ciganas</b>				
Código	Designação	Definição	Exemlos Dados	Nº Sources / Nº Referências
2.2.1	Características	Cotam-se todas as unidades de registo sobre as características das crianças de Etnia Cigana.	<i>“em muitos acampamentos ciganos e vejo a pobreza que passa aquelas crianças – E 2 ”</i>	8/10
<b>2.2.2. Subcategoria: Relação</b>				
Código	Designação	Definição	Exemlos Dados	Nº Sources / Nº Referências
2.2.2.1	Positiva	Cotam-se todas as unidades de registo sobre a relação existente entre os agentes de autoridade para com a comunidade cigana	<i>“Sim em termos de escola segura sim, não tenho nada apontar apenas há uma escola que em trinta e sete jovens, 35 são ciganos –</i>	7/10

			E 1”	
2.2.2.2	Negativa	Cotam-se todas as unidades de registo sobre a relação existente entre os agentes de autoridade para com a comunidade cigana	“Não é fácil porque não têm regras em casa, não existe educação, não existe valores”	1/1
<b>2.3. Subcategoria: Crianças ciganas delinquentes</b>				
Código	Designação	Definição	Exemlos Dados	Nº Sources / Nº Referências
2.3.1	Características	Cotam-se todas as unidades de registo sobre as características das crianças ciganas delinquentes	“ <i>Delinquência juvenil de etnia cigana, eu creio que será mais à base do furto – E 14</i> ”.	7/8
<b>2.4. Subcategoria: Crianças ciganas vítimas</b>				
Código	Designação	Definição	Exemlos Dados	Nº Sources / Nº Referências
2.4.1	Características	Cotam-se todas as unidades de registo sobre as características das crianças ciganas vítimas	“ <i>As crianças ciganas são, no nosso entender, são vítimas. Eles são vítimas mas é da lei deles – E 8</i> ”.	1/1

<b>2.5. Subcategoria: Crianças em geral delinquentes</b>				
Código	Designação	Definição	Exemlos Dados	Nº Sources / Nº Referências
2.5.1	Características	Cotam-se todas as unidades de registo sobre as características das crianças em geral delinquentes	<i>“muitos miúdos já com 11/12 anos a consumir Haxixe e julgam se que são bons da zona e depois falta-lhes o dinheiro e depois vão ao encontro dos colegas mais fracos e depois cria-se ali alguns conflitos – E 13”.</i>	7/13
<b>2.5.2. Subcategoria: Relação</b>				
Código	Designação	Definição	Exemlos Dados	Nº Sources / Nº Referências
2.5.2.1	Positiva	Cotam-se todas as unidades de registo sobre a relação existente entre os agentes de autoridade para com as crianças em geral delinquentes	<i>“Sr agente, eu nunca mais vou esquecer aquilo que o senhor me fez”, “ então mas porquê?” pela positiva – E 13 ”</i>	1/1
<b>2.6. Subcategoria: Crianças em geral vítimas</b>				
Código	Designação	Definição	Exemlos Dados	Nº Sources / Nº Referências
2.6.1	Características	Cotam-se todas as unidades de registo sobre as características das crianças vítimas em geral	<i>“maus-tratos em família, ou até, bullying na escola – E 7”</i>	5/7

--	--	--	--	--

### 3. Categoria: Problemáticas

<b>3.1. Subcategoria: Crianças em geral</b>				
Código	Designação	Definição	Exemlos Dados	Nº Sources / Nº Referências
3.1.1	Absentismo escolar	Cotam-se todas as unidades de registo sobre as problemáticas que os agentes de autoridade apresentam relativamente às crianças em geral	<i>“São reprovações nas aulas – E 9”</i>	1/1
3.1.2	Agressões a terceiros	Cotam-se todas as unidades de registo sobre as problemáticas que os agentes de autoridade apresentam relativamente às crianças em geral	<i>“agressões – E 12”</i>	2/2
3.1.3	Bullying	Cotam-se todas as unidades de registo sobre as problemáticas que os agentes de autoridade apresentam relativamente às crianças em geral	<i>“Já para não falar do bullying – E 14”</i>	4/5
3.1.4	Consumos de álcool	Cotam-se todas as unidades de registo sobre as problemáticas que os agentes de autoridade apresentam relativamente às crianças em geral	<i>“eles começam a consumir álcool – E 2”</i>	2/2

3.1.5	Consumos de droga	Cotam-se todas as unidades de registo sobre as problemáticas que os agentes de autoridade apresentam relativamente às crianças em geral	<i>“droga – E 8”</i>	6/7
3.1.6	Falta de regras	Cotam-se todas as unidades de registo sobre as problemáticas que os agentes de autoridade apresentam relativamente às crianças em geral	<i>“falta de educação, é não respeitar as regras dentro de uma sala de aula na respeitar as regras da escola – E 12”</i>	1/1
3.1.7	Falta de supervisão	Cotam-se todas as unidades de registo sobre as problemáticas que os agentes de autoridade apresentam relativamente às crianças em geral	<i>“os jovens com 12 anos estarem na rua sem nenhuma supervisão de um agregado família – E 2”</i>	2/2
3.1.8	Furtos	Cotam-se todas as unidades de registo sobre as problemáticas que os agentes de autoridade apresentam relativamente às crianças em geral	<i>“Miúdos de 17/18 anos incertam miúdos de 13/14 anos no roubo de telemóvel e dinheiro – E 11”</i>	6/7
3.1.9	Maus tratos	Cotam-se todas as unidades de registo sobre as problemáticas que os agentes de autoridade apresentam relativamente às crianças em geral	<i>“situações são violência doméstica ou maus-tratos – E 8”</i>	3/3
3.1.10	Ofensa à integridade física	Cotam-se todas as unidades de registo sobre as problemáticas que os agentes de autoridade apresentam relativamente às	<i>“várias situações de ofensas integridade física – E 1”</i>	1/1

		crianças em geral		
3.1.11	Tabaco	Cotam-se todas as unidades de registo sobre as problemáticas que os agentes de autoridade apresentam relativamente às crianças em geral	<i>“Tabaco e tal – E 11”</i>	1/1
3.1.12	Violência doméstica	Cotam-se todas as unidades de registo sobre as problemáticas que os agentes de autoridade apresentam relativamente às crianças em geral	<i>“situações são violência doméstica – E 8”</i>	2/2
3.1.13	Violência psicológica	Cotam-se todas as unidades de registo sobre as problemáticas que os agentes de autoridade apresentam relativamente às crianças em geral	<i>“são as várias situações de violência psicológica – E 1”</i>	1/1
<b>3.2. Subcategoria: Crianças de etnia cigana</b>				
Código	Designação	Definição	Exemlos Dados	Nº Sources / Nº Referências
3.2.1	Agressão a professores	Cotam-se todas as unidades de registo sobre as problemáticas que os agentes de autoridade apresentam relativamente às crianças de etnia cigana	<i>“por vezes agressões a professores – E 12”</i>	1/1
3.2.2	Casamento jovem	Cotam-se todas as unidades de registo sobre as problemáticas que os agentes de autoridade apresentam relativamente às crianças de etnia cigana	<i>“Eles casam-se extremamente cedo – E 6”</i>	4/4
3.2.3	Condução ilegal	Cotam-se todas as unidades de registo sobre as problemáticas que os agentes de autoridade apresentam relativamente às crianças de etnia cigana	<i>“andavam numa Toyota e sabem quem conduzia? O de 8 anos... o mais pequenino deles todos é que conduzia – E 9”</i>	1/1

3.2.4	Ausência de competências parentais	Cotam-se todas as unidades de registo sobre as problemáticas que os agentes de autoridade apresentam relativamente às crianças de etnia cigana	<i>“De facto os miúdos em questões de higiene não têm nenhuma, em educação nada – E 8”</i>	1/1
3.2.5	Ausência de hábitos de higiene	Cotam-se todas as unidades de registo sobre as problemáticas que os agentes de autoridade apresentam relativamente às crianças de etnia cigana	<i>“os miúdos em questões de higiene não têm nenhuma – E 8”</i>	1/1
3.2.6	Furtos	Cotam-se todas as unidades de registo sobre as problemáticas que os agentes de autoridade apresentam relativamente às crianças de etnia cigana	<i>“andaram aí a gamar nas feiras e junto às estações de comboio e assim – E 5”</i>	6/7
3.2.7	Peditórios	Cotam-se todas as unidades de registo sobre as problemáticas que os agentes de autoridade apresentam relativamente às crianças de etnia cigana	<i>“toca concertina a fazer peditórios na rua, em que vai tocando mete lá o copinho e toda a gente vai dando – E 3”</i>	2/2
3.2.8	Tráfico de drogas e armas	Cotam-se todas as unidades de registo sobre as problemáticas que os agentes de autoridade apresentam relativamente às	<i>“e a partir dos 15 anos e 16 anos são atores do tráfico, seja na venda direta, seja a camuflar, a dissimular, a fugir com ele – E</i>	1/1

		crianças de etnia cigana	7''	
--	--	--------------------------	-----	--